

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CAMPUS AFOGADOS DA INGAZEIRA
CURSO DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO

CRISTIANO VIEIRA DA SILVA

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO:
utilização das Tecnologias Assistivas na sala de AEE.

Afogados da Ingazeira

2024

CRISTIANO VIEIRA DA SILVA

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO:
utilização das Tecnologias Assistivas na sala de AEE.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à coordenação do curso de Licenciatura em Computação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, campus Afogados da Ingazeira, como requisito para obtenção do título de Licenciado em Computação.

Orientador: Professor Pablo Tiago Correia de Moura.

Afogados da Ingazeira

2024

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

S586a Silva, Cristiano Vieira da.

Atendimento educacional especializado : utilização das tecnologias assistivas na sala de AEE. / Cristiano Vieira da Silva. — Afogados da Ingazeira, 2024.

61 p.

Monografia (Licenciatura em Computação) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – Campus Afogados da Ingazeira, Afogados da Ingazeira, 2024.

Orientador: Prof. Pablo Tiago Correia de Moura.

1. Tecnologias Assistivas. 2. Atendimento Educacional Especializado. 3. Sala de Recursos Multifuncionais. 4. Necessidades Educacionais Específicas. I. Título. II. Moura, Pablo Tiago Correia de.

CDD: 371.9

CRISTIANO VIEIRA DA SILVA

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO:
utilização das Tecnologias Assistivas na sala de AEE.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Banca Examinadora do Curso de Licenciatura
em Computação do IFPE - campus Afogados
da Ingazeira, como requisito para obtenção do
título de Licenciado em Computação.

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em 9 de Maio de 2024 pela Banca examinadora:

Chefe do Departamento Acadêmico de Licenciatura em Computação

Pablo Tiago Correia de Moura - Orientador (Presidente)
Instituto Federal de Pernambuco

Ivo Marinho da Silva - Examinador 1
Instituto Federal de Pernambuco

Maria Amélia Costa - Examinador 2
Instituto Federal de Pernambuco

Felipe da Silva Cardoso - Coorientador
Instituto Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho primeiramente a Deus que me protegeu e me guiou até aqui. A minha família e amigos que estiveram ao meu lado durante toda essa jornada e não me deixaram desistir desse sonho. A minha mãe Odete Vieira da Silva que mesmo com todas as dificuldades que enfrentou na sua trajetória de vida nunca me deixou perder a esperança nos estudos. Dedico também a minha esposa Cristianne e filhas Milla Christy, Christy Hellen e Jully Lord por compreenderem a minha ausência em muitos momentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me oportunizar a realização desse sonho, e por ter me dado a força necessária para vencer cada etapa e cada dificuldade em busca de um sonho que muitas vezes mostrou-se distante, mas que hoje se torna realidade graças a sua vontade. Agradeço também às professoras, Maria Amélia Costa, Kilma Karla, aos professores Carlos Fernandes, Diego Rodrigues, Daniel Ferreira, Helder Nunes, Hélio Bentzen, Rafael Silva e Ivo Marinho da Silva. Aos amigos de sala que contribuíram e me apoiaram nas horas mais difíceis, em específico, Denise Fernandes e Gustavo Henrique que sempre estiveram ao meu lado me ajudando. Agradeço também a meu coorientador Felipe da Silva Cardoso e meu orientador e professor Pablo Tiago Correia de Moura, os quais com muita dedicação e paciência me auxiliaram na construção deste trabalho.

“A educação é o grande motor do desenvolvimento pessoal. É através dela que a filha de um camponês se torna médica, que o filho de um mineiro pode chegar a chefe de mina, que um filho de trabalhadores rurais pode chegar a presidente de uma grande nação”.

(Nelson Mandela)

RESUMO

Em um mundo cada vez mais tecnológico e conectado, o uso da tecnologia tem trazido para a sociedade moderna a necessidade de entendimento e uso de ferramentas tecnológicas para ajudar nas mais diversas atividades diárias. Nesse sentido, apontar a importância do Atendimento Educacional Especializado e o uso das tecnologias assistivas dentro da escola regular e como essas tecnologias vêm sendo utilizadas dentro da sala de atendimento educacional passou a ser de suma importância na melhoria e inclusão de estudantes com necessidades específicas. Para o desenvolvimento deste trabalho, utilizamos como referencial teórico: referencial teórico: Godoy (1995), Borges Neto (1999), Carvalho (2004), Bersch (2006), Mazzotta (2010), Mantoan (2015), Tenório, Ferraz e Pinto (2015). Para obtenção das respostas ao objetivo deste trabalho, foi realizada uma pesquisa de campo, através da abordagem qualitativa, utilizando como método de coleta de dados a aplicação de questionário online e visitas ao local da pesquisa. Os sujeitos da pesquisa foram seis professores de sala comum e uma professora da sala de Atendimento Educacional Especializado. O local da pesquisa foi a escola municipal Ana Melo, localizada à Rua Dr. Diomedes Gomes Lopes, 83 na cidade de Afogados da Ingazeira PE, As análises dos dados foram feitas a partir das respostas obtidas com os professores e foram baseadas na Resolução n.º 04/ 2009, entre outros documentos oficiais, os quais ajudaram a dar sustentabilidade aos argumentos apresentados no trabalho. O uso de tecnologia Assistiva dentro do ambiente escolar é algo que pode ajudar no desenvolvimento de habilidades e dar autonomia aos estudantes com necessidades específicas. O atendimento desses estudantes na sala de recursos multifuncionais possibilita uma atenção mais individualizada, pois nesse ambiente os alunos são atendidos em suas especificidades, com ajuda de materiais e estratégias de ensino-aprendizagem. Para trabalhar nesta sala, é preciso que o profissional seja graduado e pós-graduado, o que o habilita a aplicar todo seu conhecimento por entender de forma mais profunda a área de atuação. Ao analisar os dados da pesquisa é possível concluirmos que os professores sabem e reconhecem a importância do atendimento educacional especializado e a importância da interação entre a sala de aula comum e a sala de atendimento educacional especializado o que contribui para um maior acolhimento dos estudantes. A pesquisa deixou evidente que a utilização de tecnologias assistivas pode trazer inúmeros benefícios para o processo de ensino-aprendizagem, permitindo uma maior participação e inclusão dos alunos com necessidades específicas.

Palavras-chave: Tecnologias Assistivas. Atendimento Educacional Especializado. Sala de Recursos Multifuncionais. Necessidades Educacionais Específicas.

LISTA DE SIGLAS

AEE - ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO;

LDB - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL;

MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA;

SEESP – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL;

CNE – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO;

CEB – CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA;

PAEE – PROFESSOR ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO;

PSR - PROFESSOR SALA REGULAR.

LISTA DE TABELAS

TABELA 01: ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS DA SALA MULTIFUNCIONAIS TIPO I;

TABELA 02: ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS DA SALA MULTIFUNCIONAIS TIPO II;

TABELA 03: ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: OBJETIVO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO;

QUADRO 02: PÚBLICO-ALVO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO;

QUADRO 03: EQUIPAMENTOS E MATERIAS PEDAGÓGICOS ESPECIAIS PARA EDUCAÇÃO, CAPACITAÇÃO E RECREAÇÃO DA PESSOA COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS;

QUADRO 04: PERGUNTAS PARA PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO;

QUADRO 05: PERGUNTAS PARA PROFESSORES DA SALA REGULAR;

QUADRO 06: CRONOGRAMA ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO MANHA;

QUADRO 07: CRONOGRAMA ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO TARDE;

QUADRO 08: CRONOGRAMA ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NOITE.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA	14
2.1 Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva	17
3 BREVE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL.....	20
3.1 Atendimento Educacional Especializado – AEE	21
3.2 Público-Alvo do Atendimento Educacional Especializado – AEE	23
3.3 Salas de Recursos Multifuncionais	24
3.4 Tecnologias Assistivas nas Salas de Recursos Multifuncionais	26
4 TECNOLOGIA ASSISTIVA NO CONTEXTO EDUCACIONAL.....	27
5 FORMAÇÃO DE PROFESSORES	30
6 METODOLOGIA	32
6.1 Pesquisa de Campo	32
6.2 Locus da pesquisa	33
6.3 Sujeitos da pesquisa	34
6.4 Instrumento para coleta de dados	34
6.5 Caracterização da Sala de Atendimento Educacional Especializado	35
6.6 Cronograma de Sala de Aula	37
7 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	39
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	46
APÊNDICE	49

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 estabelece o direito de todos à educação. Durante muito tempo pessoas com necessidades específicas foram consideradas incapazes de aprender, construir conhecimento, trabalhar, sendo dessa forma, isoladas socialmente. Partindo do pressuposto que a educação é um direito de todos e que todos devem ter os mesmos direitos a viver com as mesmas condições de igualdade sem que haja qualquer tipo de discriminação, incluindo neste contexto a pessoas com necessidades específicas.

Dessa forma, as vésperas de concluir meu curso de licenciatura em Computação, tenho a certeza que a escolha do tema Atendimento Educacional Especializado: utilização de Tecnologias Assistivas no aprendizado de alunos com necessidades específicas, segue o que defendo, uma educação de qualidade, independentemente da condição social, física ou qualquer outra que possa impedir o acesso a uma educação que possibilite o desenvolvimento pleno e uma melhor qualidade de vida na sociedade.

Nessa perspectiva, entender como a tecnologia pode auxiliar na inclusão escolar é algo essencial para que se tenha uma educação de qualidade sem nenhum tipo de exclusão.

A escolha pelo tema surgiu durante a prática de estágio supervisionado, onde foi possível observar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes sem nenhum tipo de deficiência em estabelecimentos de ensino que muitas vezes não oferecem uma estrutura física adequada, falta de material didático e professores despreparados para atender até mesmo aqueles estudantes que não necessitam de um atendimento específico, despertando assim o interesse em entender como um estudante com necessidades específicas é atendido dentro de escolas com tantos problemas.

Portanto, o objetivo principal deste trabalho de conclusão de curso é apontar a importância do Atendimento Educacional Especializado e o uso das tecnologias assistivas dentro da escola regular, tendo como propósito contribuir para uma maior compreensão de um tema que se apresenta de muita importância para qualquer cidadão que se preocupe com uma educação totalmente inclusiva e principalmente, para nós discentes formandos em educação que buscam na educação uma forma de contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade igual para todos, sem discriminação ou exclusão de qualquer pessoa seja por sua condição física, ou social.

Esse trabalho de conclusão de curso tem como problema de pesquisa o Atendimento Educacional Especializado (AEE), com o objetivo de entender como as tecnologias assistivas

vêm sendo utilizadas dentro do AEE e a relação existente entre os métodos utilizados na sala de aula comum e a Sala de Atendimento Educacional e dessa forma, trazer uma reflexão a respeito da inclusão de alunos com necessidades especiais na escola regular.

Para a obtenção das respostas aos objetivos propostos foi realizado um trabalho de campo através da abordagem qualitativa, utilizando como método a coleta das informações por meio de um questionário estruturado onde os sujeitos da pesquisa responderam perguntas relacionadas ao tema “Atendimento Educacional Especializado: utilização das tecnologias assistivas na sala de AEE”.

As perguntas propostas aos sujeitos visaram obter respostas ao nosso objetivo final e foram elaboradas e distribuídas da seguinte forma: 06 (seis) perguntas direcionadas a professora de AEE e 02 (duas) perguntas para professores da sala de aula regular.

A pesquisa foi realizada no segundo semestre do ano de 2023 e primeiro semestre do ano de 2024 na escola Municipal Ana Melo no município de Afogados da Ingazeira - PE. A escolha dessa instituição se deu por ser uma escola referência no município na oferta da educação especial, proporcionando dessa forma as condições necessárias para realização da pesquisa.

O presente trabalho foi organizado em seções, incluindo a introdução, onde é feita uma breve apresentação do trabalho. Nas demais seções são apresentadas a definição de educação especial/inclusiva, educação especial na perspectiva da educação inclusiva, breve histórico da evolução da política educacional no Brasil, Atendimento Educacional Especializado - AEE, público alvo do Atendimento Educacional Especializado, salas de recursos multimídia, tecnologias assistivas nas salas de recursos multifuncionais, tecnologia assistiva no contexto educacional, formação de professores e, por fim, serão apresentados a metodologia utilizada, os sujeitos participantes da pesquisa, os resultados e discussões acerca do tema pesquisado e as referências usadas no trabalho. Neste trabalho, chamaremos de pessoas com necessidades específicas os estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades e/ou superdotação.

2 EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA

Visando ampliar a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular, a Educação especial é organizada para atender especificamente alunos

com necessidades específicas. A LDB, Lei de Diretrizes e Bases, estabelece as normas e objetivos da educação nacional.

No art. 58, a referida lei apresenta o público alvo da educação especial:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades específicas, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 2013).

O termo educação especial tem sido distorcido sendo muitas vezes confundido como assistencialismo, o que o torna mecanismo de discriminação, por ser entendido como algo voltado a problemas de aprendizagem, sendo, portanto, alvo de discriminação e preconceito. Conforme Bueno (2004) “a Educação Especial vem ao encontro do esforço da sociedade moderna para integrar os indivíduos com necessidades específicas na sociedade”.

Nesse sentido, para que ocorra uma verdadeira inclusão dos estudantes com necessidades específicas é preciso que escola e sociedade atuem conjuntamente. Uma escola inclusiva deve ser um ambiente sem nenhum tipo de discriminação, respeitando as diferenças e com oportunidades iguais para todos, pois a educação é um direito básico e inalienável.

Portanto, garantir uma educação verdadeiramente inclusiva é não aceitar um modelo de escola que tenha como base o conceito de integração, na qual o aluno deve se adaptar às condições da escola e sim que este estudante tenha seu acesso e permanência garantidos, o que implica em uma reestruturação do sistema de ensino atual, por meio da formação continuada para professores tanto do Atendimento Educacional Especializado quanto das salas regulares, os recursos pedagógicos, acessibilidade e a participação de todos os agentes envolvidos no ambiente escolar.

A Educação Especial deve ocorrer de forma efetiva e com qualidade, não sendo suficiente apenas que a pessoa com deficiência seja colocada ou enquadrada no contexto escolar, mas que sejam atendidas e entendidas em suas especificidades. Nesse sentido, a elaboração e implantação de políticas públicas devem ser sempre pensadas e voltadas ao bem-estar do aluno com necessidades específicas e de toda a comunidade escolar, tendo em vista o papel importante desempenhado pela escola na formação do cidadão.

Para Gaia (2015, p. 105) “o conceito de igualdade é compreendido sob a perspectiva da equidade, pois acreditamos que ser diferente não significa ser desigual, pois o que difere, não desiguala”. Nesse contexto, a equidade na educação pressupõe garantir que todos tenham

acesso às oportunidades e recursos de forma igualitária, respeitando as diferenças existentes entre os indivíduos, assegurando todos os direitos para que possam desenvolver suas capacidades individuais.

De acordo com Tenório, Ferraz e Pinto (2015, p. 8),

na educação implica em reconhecer que nem todos aprendem ou devem ser ensinados da mesma forma igualitária, pois um processo educacional que busca a equidade pressupõe o reconhecimento e o respeito às diferenças e é capaz de fazer com que todos os alunos desenvolvam as competências e habilidades esperadas para o nível de estudo, levando em consideração as diferenças pessoais, socioeconômicas e culturais do aluno. Assim, se faz necessário que a escola não seja indiferente com as diferenças e trate de forma diferente a partir de suas necessidades e subjetividades os desiguais, pois se todos são tratados igualmente, a desigualdade permanece.

Conforme explicado acima, fica evidente a necessidade de compreender o termo inclusão de forma mais ampla, visando garantir aos estudantes com necessidades específicas acesso às mesmas oportunidades e condições de permanência na escola com os demais estudantes. Compreende-se, portanto, como um processo social que visa à garantia de direitos a todos.

De acordo com Mantoan (2003, p. 19) “Se pretendermos uma escola inclusiva é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceito e que reconhece e valoriza as diferenças”. O autor deixa claro que a educação especial/inclusiva tem que ser vista como algo voltado para um desenvolvimento conjunto dos indivíduos sem levar em consideração as deficiências.

Nesse contexto, fica clara a necessidade de que todos tenham as mesmas oportunidades, uma educação de qualidade e nas mesmas condições sem que haja discriminação e sim uma inclusão plena. Conforme Mantoan (2003, p. 33) “incluir é não deixar ninguém de fora da escola comum, ou seja, ensinar a todas as crianças indistintamente”. Portanto, é importante que a educação especial seja vista como uma forma de integração dos indivíduos com necessidades específicas ao ambiente social.

Entretanto, não é suficiente imaginar a educação especial como algo criado para o assistencialismo, é preciso efetivá-la de fato por meio de políticas públicas que respeitem as diferenças, por exemplo, uma escola pensada para contribuir com o bem-estar, desenvolvimento humano e inclusão social.

O Brasil é um país aonde os problemas sociais vêm sendo redimensionados através de programas e incentivos de políticas públicas de inclusão e reparo às violações dos direitos humanos. Ainda o preconceito e as disparidades

sociais contribuem para o declínio do cenário humanístico, cultural, político e econômico. Os direitos humanos podem mudar essa realidade, e a educação é o principal viés para essa transformação, por meio da dignidade da pessoa humana (Brasil, 2013, p. 44).

Fica claro, portanto, que o Brasil vem buscando ao longo do tempo por meio de políticas públicas e leis a inclusão das pessoas com necessidades específicas, que por muito tempo tiveram seus direitos violados e foram excluídos da sociedade. Tais mudanças podem ser vistas em dispositivos legais como a Constituição Federal de 1998 (art. 205), o qual estabelece o direito à educação a todos com participação do estado e da família, visando o pleno desenvolvimento para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, e a LDB 9.394/96 em seu art. 59 estabelece que os sistemas de ensino devem assegurar aos educando com necessidades específicas, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades, professores com especialização adequada, educação especial para o trabalho visando sua efetiva integração na sociedade, além de acesso igualitário ao benefícios e programas sociais suplementares para o seu nível de ensino regular.

Pensar em uma educação inclusiva é pensar em uma educação para todos com espaços mais acolhedores. Nesse contexto, é preciso ressignificar a educação no sentido de promover a inclusão sem discriminar ou restringir direitos. Portanto, falar em educação é falar em direitos humanos, sendo a educação o meio que possibilita a fruição desses direitos, tendo a escola como meio facilitador para essa concretização.

Por fim, a educação inclusiva visa à garantia de todos os alunos com necessidades específicas em todas as atividades desenvolvidas dentro do ambiente escolar e na sociedade nas mesmas condições de oportunidades que as demais pessoas.

2.1 EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Educação é um direito de todas as pessoas, o que exige cada vez mais uma participação conjunta entre o poder público, escola e sociedade voltadas à eliminação de barreiras que possam impedir a fruição de direitos, especificamente das pessoas com necessidades específicas, no sentido de valorização das diferenças e diversidades sociais e culturais. Nesse sentido, a inclusão escolar surge como algo desafiador frente à infinidade de diferenças existentes entre as pessoas ou grupos sociais. De acordo com Mazzotta (2010, p. 79)

“concretização das melhores condições possíveis de comunicação e participação ativa, concretizando os ideais de justiça social”. Logo, a educação deve ser compreendida como um direito de todos, não importando as condições de cada indivíduo.

Ainda sobre a inclusão e educação inclusiva, Mazzotta (2010) explica que “a Inclusão Escolar ou a Educação Inclusiva (termo utilizado na atualidade, por uma demarcação de um paradigma de política educacional) supõe a aplicação do princípio da equidade em situações reais, reconhecendo a diversidade entre as pessoas”.

Cabe-nos aceitar as diferenças individuais, sociais, comunitárias, étnicas, entre outras, como aquilo que é próprio da formação da humanidade. Entender a diferença e a individualidade de cada indivíduo passa a ser essencial para uma educação verdadeiramente inclusiva.

Historicamente as pessoas com necessidades específicas eram rotuladas como incapazes ou defeituosas, sendo em muitos casos excluídas da sociedade, ou até mesmo abandonadas à própria sorte. A partir da década de 80 a Educação especial passou a ser pensada na perspectiva da inclusão dessas pessoas em escolas regulares, em especial a Constituição Federal de 1988, que trouxe mudanças significativas para a educação de pessoas com necessidades específicas.

A inclusão escolar deve entender o indivíduo em seu processo de desenvolvimento, levando em consideração as suas potencialidades e não sua deficiência, permitindo assim que este possa interagir com outros indivíduos sem restrições ou qualquer barreira que impeça seu processo de socialização e aprendizagem. Conforme Mantoan (2003, p. 14), “Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças contribuições mútuas”.

O autor deixa claro, a necessidade ações pedagógicas como a criação de espaços de discussão sobre a diversidade visando o engajamento da comunidade de ensino, espaços de acolhimento para que os estudantes possam ser acolhidos de forma plena e sem julgamentos por conta de suas diferenças, investimento em inovações tecnológicas que irão aperfeiçoar e melhorar o processo de transmissão dos conhecimentos. Ações essas voltadas a atender a diversidade, potencialidades, valorização das diferenças e combate ao capacitismo.

Neste contexto, fica claro que a inclusão vai bem além das mudanças estruturais, deve respeitar e conviver com as diferenças individuais, superando a exclusão educacional e social

ainda tão presentes, garantindo a todos uma educação inclusiva e de qualidade. Conforme Mantoan (2015) “um motivo a mais para que a educação se atualize”.

Conforme exposto acima, a Educação Inclusiva vai além de uma mudança estrutural. É uma nova proposta educacional, que se diferencia da educação tradicional, pois envolve mudanças na cultura escolar e visa atender às necessidades que serão apresentadas pelos alunos, rompendo com um padrão até hoje presente na educação brasileira. Nesse sentido, reorganizar a educação estabelecendo novas práticas de ensino pode contribuir para um melhor acolhimento dos alunos e especificamente daqueles com necessidades específicas, de forma que esse acolhimento não seja interpretado como caridade e sim como um direito garantido e inalienável. Mantoan (2003, p. 12) entende que:

As diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim, a diversidade humana está sendo cada vez mais desvelada e destacada e é condição imprescindível para se entender como aprendemos e como compreendemos o mundo e a nós mesmos. Nosso modelo educacional mostra há algum tempo sinais de esgotamento, e nesse vazio de ideias, que acompanha a crise paradigmática, é que surge o momento oportuno das transformações.

Em um sistema educacional voltado a alunos sem necessidades específicas a inclusão escolar implica em mudanças que alteram esse pensamento. É preciso que as necessidades específicas de cada aluno não sejam vistas como um limitador e sim como algo a ser superado. O autor deixa claro, portanto, que o processo de inclusão deve ser pensado como de grande relevância para interação de diferentes grupos e culturas ainda excluídas da sociedade, cujo quais os direitos sejam respeitados, assim como a diversidade entre as pessoas, proporcionando uma participação social em todos os setores da sociedade moderna.

Fica evidente que pensar em educação inclusiva vai além de estruturas físicas que permitam uma melhor acessibilidade ao ambiente escolar. A educação verdadeiramente inclusiva implica em mudanças físicas, culturais e comportamentais, além de um modelo pedagógico voltado para atender as diferenças.

Dessa forma, para uma educação inclusiva plena é essencial que todos os sujeitos envolvidos no processo educacional participem de forma ampla e contínua e que programas e políticas públicas sejam pensados no sentido de acolher a todos, não importando o grupo social a que pertença.

Fica claro, portanto, que entender a educação inclusiva é entender as diferenças e como essas diferenças podem ser superadas para que se tenha uma escola de qualidade e voltada para todos.

3 BREVE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL

Ao longo da história as pessoas com necessidades específicas sempre tiveram seus direitos negados por serem entendidos como pessoas incapazes de aprender ou exercer atividades. Essa postura em relação a essas pessoas tinha como características a intolerância, a não aceitação no meio social.

Por muito tempo a Educação Especial foi organizada como forma de substituição ao ensino comum, organizados em sua maioria em espaços separados como escolas, instituições ou salas de aulas que eram considerados espaços especializados e mais adequados para o atendimento de alunos com deficiência, considerados público-alvo dessa modalidade de ensino.

Somente no final da década 80 a inclusão começou a ser pensada por meio de movimentos que tinham como base o princípio da igualdade, incluindo nesse cenário as instituições escolares. No âmbito escolar, visava garantir o direito de acesso à escola regular aos alunos com deficiência e/ou necessidades específicas.

Na década de 90, documentos como a declaração Mundial de Educação para todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) merecem destaque, pois influenciaram na formulação das políticas públicas da educação inclusiva, sendo a Declaração de Salamanca considerada mundialmente com um dos documentos mais importantes quando se refere à inclusão escolar.

O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. [...] No contexto desta Estrutura, o termo “necessidades educacionais especiais” refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. [...] Existe um consenso emergente de que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devam ser incluídos em arranjos educacionais feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de escola inclusiva (Declaração de Salamanca, 1994).

A Declaração já reforçava a necessidade de um sistema educacional que ofereça uma pedagogia adequada para o enfrentamento das dificuldades e problemas de aprendizagem não apenas das crianças com necessidades específicas, mas também crianças que passam por algum tipo de exclusão pela sociedade.

Ao longo dos anos, o Brasil tem procurado por meio de políticas públicas organizarem a Educação Especial com a intenção de oferecer principalmente aos alunos alvos dessa modalidade de ensino a participação e a construção da aprendizagem com apoio e serviços que complementam o ensino na escola regular.

No Brasil, alguns documentos legais garantem a educação como um direito de todos. Um exemplo é a Constituição Federal de 1988, que em seu Art. 205 garante o direito à escolarização, assegurando que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988, p. 80).

Além de assegurar o direito de todos à educação, a Constituição Federal estabelece ainda, no Artigo 206, inciso I, a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. Já a oferta do Atendimento Educacional Especializado é assegurada no Art. 208, inciso III. Sendo esse atendimento oferecido preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1988, p. 80).

Nessa perspectiva, no Brasil outros dispositivos normativos passaram a ser incorporados visando assegurar a inclusão escolar. Publicada em janeiro de 2008, a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, estabelece que todas as crianças e adolescentes fossem matriculados no ensino comum sem que haja qualquer impedimento devido às necessidades educacionais específicas, promovendo ainda mais a inclusão escolar.

O texto desse documento define a Educação Especial como:

[...] uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (Brasil, 2008b, p.10).

Fica claro que o Brasil tem buscado políticas voltadas cada vez mais na luta pela inclusão escolar, deixando clara a importância da participação de pessoas com necessidades específicas em escolas regulares. Portanto, as políticas de educação especial no Brasil visam uma educação mais democrática e de qualidade para todos, independentemente de sua condição social, mental ou física.

3.1 Atendimento Educacional Especializado – AEE

Em relação ao Atendimento Educacional Especializado, este deve ser oferecido aos alunos de forma complementar e/ou suplementar ao ensino regular, podendo ser realizado de forma individualizada, ou em grupo, sendo definido na seguinte forma:

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (Brasil, 2008b, p.10).

Portanto, o Atendimento Educacional Especializado é oferecido de forma complementar, não substituindo o ensino comum. Em 2009, o Conselho Nacional de Educação, orientando a organização dos sistemas educacionais inclusivos, promulga a Resolução n.º 4 de 2009 (BRASIL, 2009), que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica.

Segundo a Resolução n.º 4/2009, no seu artigo 5º, determina que o Atendimento Educacional Especializado (AEE), seja:

ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública, ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (Brasil, 2009).

Essa Resolução estabelece a implantação das salas de recursos multifuncionais, matrículas dos estudantes no Atendimento Educacional Especializado para repasse de verbas públicas às unidades escolares, cronograma de atendimento aos estudantes; professores, tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais, cuidadores formando uma rede de apoio para o Atendimento Educacional Especializado.

Os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no atendimento educacional especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização ofertado em sala de recurso multifuncional, ou em centros de AEE da rede pública, ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos (Brasil, 2009, p. 1).

A partir dessa Resolução, alunos com necessidades educacionais específicas passaram a ter o direito de ser matriculados em escolas regulares e frequentar a sala de aula comum, sendo atendidos prioritariamente na sala de Recursos Multifuncionais, sendo esse atendimento

ofertado no contraturno inverso da escolarização, tendo como função complementar ou suplementar a formação do aluno e não a substituição da sala de aula comum. Assim, o Atendimento Educacional Especializado deve ser um espaço pedagógico voltado a apoiar e desenvolver a aprendizagem dos alunos com necessidades específicas, proporcionando autonomia dentro e fora da escola.

Dessa forma, o AEE complementa ou suplementa a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para a plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem (Resolução CEB/CNE nº 4, 2009, Art. 2).

Assim, o Atendimento Educacional Especializado é instituído como um serviço que visa a participação e a aprendizagem dos alunos, público-alvo da Educação Especial no ensino comum.

Em relação aos objetivos de Atendimento Educacional especializado o Decreto nº 7.611/2011 no seu Art. 3º dispõe:

Quadro 01 - Objetivo do Atendimento Educacional Especializado

I – prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
II – garantir a transversalidade das ações da educação específica no ensino regular;
III – fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem;
IV– assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

Fonte: (BRSIL 2011)

Conforme expresso no artigo 3º, o Atendimento Educacional Especializado visa proporcionar condições de acesso a serviços de apoio de acordo com as necessidades de cada estudante para que barreiras sejam eliminadas e que esse estudante possa ter garantida a continuidade de seus estudos em todos os níveis e modalidades de estudo.

3.2 Público-Alvo do Atendimento Educacional Especializado – AEE

Aluno com necessidades específicas exige dos profissionais da educação um olhar diferenciado que vai além do ambiente escolar. O professor do AEE tem um papel fundamental para a aprendizagem e desenvolvimento desses estudantes.

Conforme o Art.4.º da Resolução n.º 4/2009 considera-se público-alvo do Atendimento Educacional Especializado:

Quadro 02 - público alvo do Atendimento Educacional Especializado

A resolução cne/ceb n.º 4/2009, institui as diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica modalidade educação específica.
I – alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial;
II – alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de asperger, síndrome de rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação;
III – alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Fonte: (BRASIL 2009)

Portanto, não é considerado público-alvo de Educação Especial alunos com transtornos funcionais específicos, como Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, Dislexia, Atraso no Desenvolvimento Neuropsicomotor, Dificuldades de Aprendizagem e outros. Apesar de ser garantido por lei, a família pode ou não optar pelo atendimento. Não sendo, portanto, obrigatória a participação desses estudantes no AEE.

Fica claro, que houve muitos avanços em relação à efetividade da Educação Especial no Brasil, garantindo um processo de escolarização mais inclusivo aos alunos com necessidades específicas em escolas regulares, assegurando também serviços de apoio para inclusão realizada na Sala de Recursos Multifuncionais.

3.3 Salas de Recursos Multifuncionais

Por meio da Portaria n.º 13, de 24 de abril de 2007, o Ministério da Educação instituiu o Programa implantação de Salas de Recursos Multifuncionais para apoiar as redes pública de ensino na organização do Atendimento Educacional Especializado complementar ou suplementar à escolarização e fortalecer o processo de inclusão educacional (Brasil, 2008a).

Segundo o Artigo 5.º da Resolução cne/ceb n.º 4/2009:

O aee é realizado prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também em centro de atendimento educacional especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais atendimento educacional especializado: contribuições para a prática pedagógica ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (Brasil, 2009a, p.2).

O artigo 5º da resolução deixa claro que o Atendimento Educacional Especializado deve ser realizado de forma preferencial na Sala de Recursos Multifuncionais, sendo este um dos ambientes dentro da escola de uso exclusivo do profissional de Educação Especial.

Vale salientar que caso a escola não disponha de Sala de Recursos Multifuncionais, o atendimento poderá ser realizado em outra escola ou em Centros de Atendimento Educacional Especializado. Entretanto, é importante que o atendimento seja ofertado na própria escola, visto que essa oferta na própria escola possibilita uma melhor interlocução entre os profissionais que atuam tanto na sala comum, quanto no Atendimento Educacional Especializado.

Nesse sentido, as necessidades educacionais dos alunos segundo Ropoli *et al* (2010, p. 18) podem ser “discutidas no dia a dia escolar e com todos que atuam no ensino regular e/ou Educação Especial, aproximando esses alunos dos ambientes de formação comum a todos.”

De fato, a aproximação desses estudantes possibilita que o professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) acompanhe de forma mais ativa o processo de escolarização desses alunos na sala de aula comum, além de ajudar oferecendo o suporte necessário ao desenvolvimento da aprendizagem e construção do conhecimento desse aluno.

Implantadas pelo MEC, as Salas de Recursos Multimídia são espaços físicos que contém mobiliários, recursos pedagógicos, de acessibilidade e materiais didáticos para atendimento adequado para o atendimento às necessidades dos alunos com necessidades específicas, sendo denominadas como Sala de Recurso Multifuncional Tipo I e Tipo II.

Tabela 01 - Especificação dos itens da Sala Multifuncionais Tipo I

Equipamentos	Materiais didático/pedagógico
02 microcomputadores	01 material dourado
01 laptop	01 esquema corporal
01 estabilizador	01 bandinha rítmica
01 scanner	01 memória de numerais 1
01 impressora laser	01 tapete alfabético encaixado

01 teclado com colmeia	01 software comunicação alternativa
01 acionador de pressão	01 sacolão criativo monta tudo
01 mouse com entrada para acionador	01 quebra cabeças - sequência lógica
01 lupa eletrônica	01 dominó de associação de ideias
Mobiliários	01 dominó de frases
01 mesa redonda	01 dominó de animais em libras
04 cadeiras	01 dominó de frutas em libras
01 mesa para impressora	01 dominó tátil
01 armário	01 alfabeto braille
01 quadro branco	01 kit de lupas manuais
02 mesas para computador	01 plano inclinado – suporte para leitura
02 cadeiras	01 memória tátil

Fonte: (BRASIL 2010)

A sala de tipo II contém todos os recursos da sala tipo I, sendo adicionados recursos de acessibilidade para alunos com deficiência visual.

Tabela 02 - Especificação dos itens da Sala Tipo II

Equipamentos e materiais didático/pedagógico
01 impressora Braille – pequeno porte
01 máquina de datilografia Braille
01 reglete de mesa
01 punção
01 soroban
01 guia de assinatura
01 kit de desenho geométrico
01 calculadora sonora

Fonte: (BRASIL 2010)

3.4 Tecnologias Assistivas nas Salas de Recursos Multifuncionais

Diante de um mundo cada vez mais tecnológico, não dá para se discutir tecnologia e educação sem considerar todos os avanços ocorridos nos últimos anos. O uso das tecnologias na educação como ferramenta pedagógica pode potencializar e enriquecer ainda mais os componentes curriculares.

Borges Neto (1999, p. 136) entende que:

A Informática Educativa se caracteriza pelo uso da informática como suporte ao professor, como um instrumento a mais em sua sala de aula, no qual o professor possa utilizar esses recursos colocados à sua disposição. Nesse nível, o computador é explorado pelo professor especialista em sua potencialidade e capacidade, tornando possível simular, praticar ou vivenciar situações, podendo até sugerir conjecturas abstratas, fundamentais a compreensão de um conhecimento ou modelo de conhecimento que se está construindo.

Diante do exposto na citação acima, a informática na educação possibilita uma diversidade quando se refere a recursos pedagógicos, facilitando e proporcionando condições da inserção de novas formas de ensino, construção e desenvolvimento do ensino.

Conforme entendimento do Comitê de Ajudas Técnicas:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (Brasil, 2008 p.09).

O conceito acima define não só Tecnologias Assistivas, mas também sua aplicabilidade e abrangência de seus recursos com objetivo de oferecer uma melhor qualidade de vida a pessoas com necessidades especiais.

4 TECNOLOGIA ASSISTIVA NO CONTEXTO EDUCACIONAL

São inegáveis as possibilidades que os avanços tecnológicos têm proporcionado nas mais diversas áreas. A evolução tecnológica tem possibilitado uma vida mais fácil por meio de programas e ferramentas desenvolvidas para simplificar ao máximo as atividades desenvolvidas no dia a dia. Nesse sentido, a tecnologia tem se tornado um facilitador que pode ajudar também no processo de inclusão escolar.

Na educação inclusiva a tecnologia deve ser voltada ao favorecimento e desenvolvimento de atividades dentro do ambiente escolar que possam desenvolver uma participação plena dos estudantes com necessidades específicas, sempre vinculadas com os objetivos educacionais.

De acordo com Lauand e Mendes (2008), a Tecnologia Assistiva assume um papel importantíssimo para garantir a aprendizagem dos/as alunos/as, por necessitarem dela para toda a sua educação ou pelo menos para uma boa parte dela. Portanto, a tecnologia passa a ser

de grande relevância no ensino-aprendizagem dos estudantes com necessidades específicas, pois possibilita uma maior interação, participação e desenvolvimento cognitivo.

Na educação, o uso das tecnologias assistivas pode melhorar os processos de ensino-aprendizagem desenvolvidos dentro da escola e a combinação de tecnologia e educação tem impacto positivo já que favorece desempenho de atividades e resolução de problemas, possibilitando que estudantes com necessidades específicas possam atuar de forma ativa dentro e fora da escola.

Segundo Bersch (2006) “a aplicação da Tecnologia Assistiva na educação vai além de simplesmente auxiliar o aluno a fazer tarefas pretendidas. Nela, encontramos meios de o aluno ser e atuar de forma construtiva no seu processo de desenvolvimento”.

Nesse sentido, o uso de Tecnologias assistivas no ambiente escolar pretende ampliar e potencializar o desenvolvimento do aluno com necessidades específicas para que esse possa atuar como agente ativo no seu processo de aprendizagem e desenvolvimento.

No mesmo sentido, Galvão Filho (2013) afirma que a Tecnologia Assistiva pode ser entendida como um elemento de mediação instrumental, o qual entra de forma relacional com os processos que auxiliam, compensa e potencializa as funções motoras, visuais, auditivas e de comunicação afetadas pela deficiência.

Diante do exposto acima, a Tecnologia Assistiva pode ser entendida como algo voltado ao auxílio, promoção e ampliação de habilidades e funções de alunos com necessidades específicas, proporcionando uma maior autonomia, qualidade de vida e inclusão social.

Vale ressaltar que a tecnologia por si só não pode ser responsável pelo desenvolvimento de habilidades e desenvolvimento dentro da sala de aula ou fora dela. Nesse sentido, a aplicação da Tecnologia Assistiva na educação, vai bem além de um simples auxílio ao aluno com necessidades específicas, é também uma forma de encontrar meios para que esse aluno possa conhecer experimentar e construir seu próprio aprendizado, tornando-se, portanto, sujeito ativo do seu desenvolvimento. Nesse contexto Kauffman (2007), As pessoas com deficiências só perdem quando os profissionais não são capazes de lhes fornecer as técnicas, estratégias ou ferramentas que as ajudariam a lidar com seus problemas.

Percebe-se, portanto, que a aplicabilidade da Tecnologia Assistiva necessita de uma análise com objetivo de identificar as necessidades dos educandos, e isso inclui a formação de professores com conhecimentos para a aplicação de recursos tecnológicos e estratégias que possam auxiliar e facilitar o processo de ensino.

O Decreto 3.298 de 20 de dezembro de 1999 define quais os recursos garantidos às pessoas com necessidades específicas. Dessa forma, o professor especializado deve identificar os recursos necessários a serem usados na educação, a fim de que possa buscar junto ao poder público, recursos que garantam a obtenção desses equipamentos.

Consoante o Decreto acima, são tecnologias assistivas/ajudas técnicas:

Quadro 03 - Equipamentos e Materiais Pedagógicos Especiais para educação, capacitação e recreação da pessoa portadora de deficiência.

I - próteses auditivas, visuais e físicas;
II - órteses que favoreçam a adequação funcional;
III - equipamentos e elementos necessários à terapia e reabilitação da pessoa portadora de deficiência;
IV - equipamentos, maquinarias e utensílios de trabalho especificamente desenhados ou adaptados para uso por pessoa portadora de deficiência;
V - elementos de mobilidade, cuidado e higiene pessoal necessário para facilitar a autonomia e a segurança da pessoa portadora de deficiência;
VI - elementos especiais para facilitar a comunicação, a informação e a sinalização para pessoa portadora de deficiência;
VII - equipamentos e material pedagógico específica para educação, capacitação e recreação da pessoa portadora de deficiência;
VIII - adaptações ambientais e outras que garantam o acesso, a melhoria funcional e a autonomia pessoal; e
IX - bolsas coletoras para os portadores de ostomia.

Fonte: (BRASIL 1999)

Bersch, (2006) define que:

A Tecnologia Assistiva (TA) é composta de recursos e serviços. O recurso é o equipamento utilizado pelo aluno, e que lhe permite ou favorece o desempenho de uma tarefa. E o serviço de TA na escola é aquele que buscará resolver os "problemas funcionais" desse aluno, encontrando alternativas para que ele participe e atue positivamente nas várias atividades do contexto escolar.

Conclui-se, então, que Tecnologia Assistiva é considerada desde equipamentos, maquinarias e utensílios mais simples até as mais avançadas tecnologias que possam contribuir na mobilidade, aprendizagem e desenvolvimento dos alunos com necessidades específicas incluídos nas escolas regulares.

5 FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A formação de professores é uma ação desafiadora diante de um contexto social cheio de mudanças e políticas que muitas vezes refletem no ambiente escolar. Formar professores que sejam capazes de acompanhar essas mudanças é algo que deve ser pensado pelo poder público por meio de políticas públicas voltadas especificamente para uma formação inicial de qualidade e que após essa formação sejam disponibilizados mecanismos que auxiliem esse professor no desempenho de suas atividades, possibilitando que possam acompanhar as rápidas e diversas mudanças políticas, sociais, econômicas, científicas, tecnológicas que acontecem e o acompanha no dia a dia.

Em relação à formação inicial Carvalho (2004) entende que:

Além do aprimoramento na formação inicial e continuada de nossos educadores, há necessidade de criarmos espaços dialógicos na escola, para que dúvidas, medos e a ressignificação da prática pedagógica possam ser examinados em equipe, como rotina de trabalho. Parece que a apropriação de informações, as trocas de ideias, a verbalização dos sentimentos, sem culpas, constitui caminhos para as mudanças de atitudes.

A formação e atuação de professores devem ser vistas como uma atuação pedagógica que irá refletir e provocar mudanças significativas e um maior desenvolvimento na prática cotidiana da sala de aula. Nessa perspectiva, é indispensável que professores possam ter uma formação inicial de qualidade, voltada a entender e atender diferentes situações que ocorrem na sociedade e na educação, como, por exemplo, a necessidade de se trabalhar com a inclusão de estudantes com necessidades específicas.

A Política Nacional de Educação Específica na Perspectiva na Educação Inclusiva, de 7 de janeiro de 2008 (Brasil, 2008), apresenta orientações voltadas para Educação Especial no Brasil, além de direcionamentos, normas e ações, sendo base para vários outros dispositivos legais que visam organizar e direcionar o Atendimento Educacional Especializado como sugestão para atendimento a alunos com necessidades específicas.

Apesar dos muitos documentos relacionados à Educação Específica, analisaremos neste tópico a Resolução n. 4, de 2009, que Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial e a Nota Técnica SEESP/GAB/N.º 11/2010 que apresentam orientações para a institucionalização da oferta do Atendimento Educacional especializado (Brasil, 2010b), que define as atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado.

Em relação à formação necessária ao professor de AEE, nos documentos analisados encontram-se poucas menções acerca da formação do professor de AEE. No entanto, percebe-se um maior destaque relacionado à apresentação desse profissional como um articulador e organizador das ações necessárias ao atendimento dos alunos com necessidades especiais.

Tabela 03 - Atribuições do Professor do Atendimento Educacional Especializado:

1. Elaborar, executar e avaliar o plano de aee do aluno, contemplando: a identificação das habilidades e necessidades educacionais específicas dos alunos; a definição e a organização das estratégias, serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade; o tipo de atendimento conforme as necessidades educacionais específicas dos alunos; o cronograma do atendimento e a carga horária, individual ou em pequenos grupos;
2. Programar, acompanhar e avaliar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade no AEE, na sala de aula comum e nos demais ambientes da escola;
3. Produzir materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, considerando as necessidades educacionais específicas dos alunos e os desafios que estes vivenciam no ensino comum, a partir dos objetivos e das atividades propostas no currículo;
4. Estabelecer a articulação com os professores da sala de aula comum e com demais profissionais da escola, visando à disponibilização dos serviços e recursos e o desenvolvimento de atividades para a participação e aprendizagem dos alunos nas atividades escolares; bem como as parcerias com as áreas intersetoriais;
5. Orientar os demais professores e as famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno de forma a ampliar suas habilidades, promovendo sua autonomia e participação;
6. Desenvolver atividades próprias do AEE, de acordo com as necessidades educacionais específicas dos alunos: ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras para alunos com surdez; ensino da Língua Portuguesa escrita para alunos com surdez; ensino da Comunicação Aumentativa e Alternativa – CAA; ensino do sistema Braille, do uso do soroban e das técnicas para a orientação e mobilidade para alunos cegos; ensino da informática acessível e do uso dos recursos de Tecnologia Assistiva – TA; ensino de atividades de vida autônoma e social; orientação de atividades de enriquecimento curricular para as altas habilidades/superdotação; e promoção de atividades para o desenvolvimento das funções mentais superiores.

Fonte: (BRASIL 2010)

Portanto, mesmo que a Resolução n. 4 de 2009 estabeleça critérios para atuação no Atendimento Educacional Especializado, não se percebe menção sobre a formação inicial especificamente voltada ao Atendimento Educacional Especializado, ficando implícita a ideia

que mesmo profissionais sem formação específica podem trabalhar no AEE, o que traz consigo questionamentos sobre a viabilidade e qualidade do atendimento realizado por esses profissionais.

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial. (Brasil, 2008, p. 17-18).

A Resolução n.º 4 de 2009, traz consigo uma intensa carga de responsabilidade direcionada ao profissional do AEE, desconsiderando a atividade de ensino dos conteúdos formais, o professor recebe atribuições com a responsabilidade de adaptar-se às exigências para que uma efetiva inclusão aconteça. Nesse sentido, fica claro que nos documentos a ideia de que com força de vontade e conscientização dos educadores tudo é possível de ser realizado.

O Artigo 18.º da Resolução CNE/CEB n.º 02/2001 em seu parágrafo 3º indica que os professores especializados em educação específica deverão comprovar:

formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado à licenciatura para a educação infantil ou para os anos iniciais do ensino fundamental; complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da educação especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas de conhecimento, para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio; (Brasil, 2001, p. 5).

Portanto, mesmo tendo garantida a educação inclusiva nos mais diversos dispositivos legais, é nítida a lacuna existente entre o que propõe os documentos oficiais e o que realmente acontece na realidade, especificamente, quando se refere à formação inicial e formação continuada de professores, o que impossibilita em muitos casos o desenvolvimento de uma educação de qualidade e que atenda às necessidades dos alunos com necessidades específicas.

6 METODOLOGIA

6.1 Pesquisa de Campo

A pesquisa realizada neste trabalho de conclusão de curso para alcançar o objetivo final, foi de suma importância a proporcionar respostas aos problemas que foram propostos. Quanto à natureza caracteriza-se como uma pesquisa de campo com visitas a escola e com aplicação de um questionário com perguntas abertas e direcionadas a professores da sala de Atendimento Educacional Especializado e professores da sala de aula comum. Sobre a pesquisa Minayo (2009, p. 16) afirmar que:

Entendemos por pesquisa a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação.

Desse modo, a pesquisa compreende-se como um momento de questionamento que resultará na obtenção de respostas para o problema apresentado a fim de trazer contribuições significativas à realidade. Para Minayo (2009, p. 16) “Toda investigação se inicia por uma questão, por um problema, por uma pergunta, por uma dúvida. A resposta a esse movimento do pensamento geralmente se vincula a conhecimentos anteriores ou demanda a criação de novos referenciais”. Nesse sentido, a abordagem qualitativa tem como objetivo examinar e trazer as informações mostrando como se desenvolve o planejamento e a prática docente trazendo não apenas a interpretação do pesquisador.

De acordo com Godoy (1995) a pesquisa qualitativa:

Não procura enumerar e/ ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo.

6.2 Locus da pesquisa

O campo da pesquisa foi a Escola Municipal Ana Melo, localizada à Rua Dr. Diomedes Gomes Lopes, 83, Afogados da Ingazeira PE, CEP 56800-00. Reconstruída e reinaugurado no dia 06 de outubro de 2023 o prédio da escola apresenta sua estrutura com térreo e primeiro andar com rampa de acesso, 13 salas de aula sendo uma de AEE. A referida escola atende uma média de 700 estudantes, oriundos do centro da cidade, bairros circunvizinhos e da zona rural do município, distribuídos em três turnos.

Oferta o ensino fundamental completo e a modalidade de Educação de Jovens e Adultos em Nível Fundamental (2º segmento – correspondente aos anos finais do ensino

fundamental), oferecendo também Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos 43 educandos com deficiência em todas as etapas e modalidades.

A pesquisa foi realizada no segundo semestre do ano de 2023 e primeiro semestre do ano de 2024. A escolha dessa instituição se deu por ser uma escola referência no município na oferta da educação especial, proporcionando dessa forma as condições necessárias para realização da pesquisa. A técnica utilizada para coleta de dados foi a aplicação de um questionário com perguntas abertas e relevantes ao tema “Atendimento Educacional Especializado: Utilização das Tecnologias Assistivas na Sala de AEE”.

Figura 1: fachada do novo prédio da escola Ana Melo



Fonte: O autor

6.3 Sujeitos da pesquisa

Para o levantamento das informações apresentadas neste estudo foram escolhidos a professora do atendimento educacional especializado e seis professores da sala de aula regular, os quais foram denominados com PAEE (professor de atendimento educacional especializado) e PSR (professor de sala regular), que lecionam na escola em que foi feita a pesquisa.

6.4 Instrumento para coleta de dados

Para a coleta dos dados o instrumento de pesquisa escolhido foi um questionário, com perguntas abertas que foram elaboradas e distribuídas da seguinte forma: 06 (seis) perguntas direcionadas a professora de AEE e 02 (duas) perguntas para professores da sala de aula

regular. A coleta de dados foi realizada no segundo semestre do ano de 2023 e primeiro semestre de 2024, na escola municipal Ana Melo. Inicialmente os participantes da pesquisa foram informados da finalidade do estudo, e também da sua importância em contribuir com sua participação ao responder ao questionário.

Os professores que participaram da pesquisa possuíam uma carga horária semanal completa, respeitando a conveniência de horários de cada profissional envolvido, a aplicação dos questionários se deu de forma on-line de modo a não prejudicar as atividades dos profissionais.

As questões que nortearam nossa pesquisa foram as seguintes:

Quadro 04 – Perguntas para professor do Atendimento Educacional Especializado

1. Qual a importância da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), para o desenvolvimento educacional e desenvolvimento de habilidades dos alunos com deficiência?
2. Quais as funções do Atendimento Educacional Especializado (AEE)?
3. Quantos alunos são atendidos na sala de Atendimento Educacional Especializado, nessa instituição de ensino? Quais as deficiências atendidas?
4. Na sala do Atendimento Educacional Especializado tem todos os materiais necessários para a realização dos atendimentos? Se sim, quais?
5. Na sala de Atendimento Educacional Especializado é disponibilizado recursos digitais para auxiliar na aprendizagem dos alunos com deficiência? Se sim, quais?
6. A estrutura física da sala onde acontecem os atendimentos é adequada, tem acessibilidade para receber os alunos com deficiência?

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, 2024.

Quadro 05 – Perguntas para professor da Sala Comum

1. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem contribuído para o ensino-aprendizagem do seu aluno (a) com necessidade específica?
2. O professor participou de alguma formação continuada relacionada ao Atendimento Educacional Especializado (AEE)? Se sim quais tipos de cursos e se esses cursos foram oferecidos de forma gratuita pelo município ou cursados por custeio do próprio professor?

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, 2024.

6.5 Caracterização da Sala de Atendimento Educacional Especializado

A sala de atendimento educacional especializado tem uma boa estrutura física, ótima iluminação e com ar condicionado o que aumenta o conforto no atendimento. No ambiente existem as tecnologias assistivas que são utilizadas no atendimento dos estudantes com necessidades específicas.

Figura 2: materiais usados na sala de atendimento educacional especializado



Fonte: O autor

Figura 3: materiais usados na sala de atendimento educacional especializado



Fonte: O autor

Figura 4: materiais usados na sala de atendimento educacional especializado



Fonte: O autor

Figura 4: materiais usados na sala de atendimento educacional especializado



Fonte: O autor

6.6 CRONOGRAMA DE SALA DE AULA

Com o objetivo de proporcionar um atendimento mais humanizado e em condições de acesso a participação para a sala regular o professor especializado tem autonomia para organizar como se dará o atendimento de acordo com a necessidade de cada estudante. Nesse sentido, o professor que atua nesse atendimento elabora atividades que envolve os saberes formais e também a experiência desse profissional no dia a dia na sala de aula.

Devido à demanda cada vez maior o profissional que atua no atendimento educacional especializado na escola Ana Melo desenvolve o atendimento dos estudantes de forma agrupada de modo a facilitar a socialização e o desenvolvimento de habilidades dos estudantes com necessidades em áreas específicas.

A Resolução nº 4/2009 no art. 13º dispõe sobre as atribuições do professor do atendimento educacional especializado, conforme constam no inciso III – “organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais” (Resolução, Nº 4, 2009, p. 3).

Portanto, a atuação do professor especializado exige dele conhecimento, envolvimento e busca de recursos que possam possibilitar um atendimento e um ensino significativo para estudantes atendidos no AEE.

Quadro 6: Cronograma Atendimento Educacional Especializado Atendimento – Manhã

Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta Planejamento
07:30 - 08:30		Alunos do 1º / 2º A		Alunos do 3º / 4º A	Visitas nas Salas
08:30 - 09:30		Alunos do 2º A / 3º		Alunos do 8º A	Produção de material
09:30 - 10:30		Alunos do 5º / 6º A		Alunos do 6º A	Orientação a Professores
10:30 - 11:30		Alunos do 5º A / 6º A		Alunos do 4º / 5º A	Documentos internos
11:30 - 12:20		Alunos do 7º B / 9º A		Alunos do 8º / 9º A	Portfólio

Fonte: Escola Municipal Ana Melo

Quadro 7: Cronograma Atendimento Educacional Especializado Atendimento - Tarde

Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta Planejamento
13:00 - 14:00	Alunos do 1º B			Alunos do 3º / 4º A	
14:00 - 15:00	Alunos do 1º B			Alunos do 8º A	
15:00 - 16:00	Alunos do 6º B / 7º D			Alunos do 8º C	
16:00 - 17:00	Alunos do 2º B / 5º B / 6º B			Alunos do 1º B	
17:80 - 18:00	Alunos do 8º B			Alunos do 9º C	

Fonte: Escola Municipal Ana Melo

Quadro 8: Cronograma Atendimento Educacional Especializado Atendimento - Noite

Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta Planejamento
19:00 - 20:00				ATENDIMENTO A UMA ESTUDANTE	

Fonte: Escola Municipal Ana Melo

O cronograma acima demonstram claramente a importância do encaminhamento do aluno para a sala de AEE, sendo fundamental que o estudante tenha assegurado esse atendimento, pois passará a ter acesso aos recursos e materiais, os quais irão possibilitar a aquisição de conhecimentos e habilidades, além da socialização e interação com outros estudantes dentro do mesmo espaço e nas mesmas condições.

7 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com o intuito de comprovar os dados da pesquisa, descrevemos abaixo as respostas mencionadas pelos educadores ao questionário. Para uma melhor análise houve também uma comparação entre a realidade vivenciada na escola e o processo de inclusão dos alunos com necessidades específicas, sendo realizadas observações que descrevessem o ambiente escolar e os procedimentos utilizados, sendo essas observações realizadas de forma concomitante com a coleta de dados.

Os profissionais envolvidos na pesquisa serão identificados pelas siglas PAEE (Professor do AEE) e PSR (Professor da Sala Regular). A seguir serão apresentadas as respostas aos questionários e suas respectivas respostas, as quais foram transcritas em sua íntegra para maior clareza e veracidade da pesquisa.

Inicialmente serão apresentadas as perguntas e respostas direcionadas à professora de AEE identificada pelas siglas PAEE.

A pergunta de número 1. Qual a importância da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), para o desenvolvimento educacional e desenvolvimento de habilidades dos alunos com deficiência?

“A sala do atendimento especializado vem tornando evidência em dias atuais, visto que, a demanda dos estudantes assistidos aumenta cada dia.

Atendemos alunos com deficiências na melhoria de habilidades específicas, mediando elos entre professores regentes e famílias (PAEE)”.

A pergunta de número 2. Quais as funções do Atendimento Educacional Especializado (AEE)?

“Nós buscamos identificar dificuldades dos estudantes atendidos onde fazemos no início do atendimento anamnese junto a familiares e ou responsáveis às quais nos norteia para atuar no decorrer do ano. Elaboramos e vivenciamos recursos pedagógicos que supram as necessidades individuais (PAEE)”.

A pergunta de número 3. Quantos alunos são atendidos na sala de Atendimento Educacional Especializado, nessa instituição de ensino? Quais as deficiências atendidas?

“Neste ano letivo temos 44 alunos atendidos com diversas especificidades: deficientes, visual, auditiva, física alguns transtornos e outros com distúrbios e ou disfunções (PAEE)”.

A pergunta de número 4. Na sala do Atendimento Educacional Especializado tem todos os materiais necessários para a realização dos atendimentos? Se sim, quais?

“Temos alguns recursos sim. Porém, sinto necessidade de mais. Eu sempre improviso tecnologia assistiva que auxilia na prática pedagogia e facilita no conforto dos estudantes (PAEE)”.

A pergunta de número 5. Na sala de Atendimento Educacional Especializado são disponibilizados recursos digitais para auxiliar na aprendizagem dos alunos com deficiência? Se sim, Quais?

“Tenho, lupa eletrônica, notebook, data show (PAEE)”.

A pergunta de número 6. A estrutura física da sala onde acontecem os atendimentos é adequada, tem acessibilidade para receber os alunos com deficiência?

“Sim! (PAEE)”.

A partir das respostas obtidas, podemos analisar que a professora de AEE tem plena consciência da importância da sala de Atendimento Educacional Especializado na melhoria e desenvolvimento de habilidades, além de proporcionar um elo entre professores e famílias.

Percebe-se também a preocupação em identificar as dificuldades dos estudantes atendidos, visto que são atendidas as mais diversas especificidades. No entanto, apesar da professora entender que a estrutura física da sala onde acontece o atendimento é adequada para esse fim, fica nítido que ainda faltam mais recursos, já que há a necessidade de improvisar para melhorar o atendimento e proporcionar um conforto no atendimento dos estudantes.

Durante a elaboração do trabalho, nos momentos de visita à escola, foi possível observar por parte de alguns professores a busca por uma melhor qualificação para poderem oferecer aos estudantes um atendimento de qualidade mesmo não sendo obrigatória uma qualificação específica para atuação, visto que a Resolução CNE/CEB nº 4 de 2009 estabeleça apenas critérios para atuação no Atendimento Educacional Especializado, não se percebe menção sobre a formação inicial específica. Ao analisar especificamente a atuação do professor do AEE percebe-se uma harmonia entre esse profissional e os demais profissionais da escola. No entanto, também foi possível constatar que mesmo com o auxílio da direção da instituição de ensino, existe sim uma carência de profissionais, seja professor de Atendimento Educacional Especializado, seja auxiliares, e isso é uma realidade vista durante a pesquisa e desenvolvimento desse trabalho, pois dificilmente encontram-se profissionais que sejam aptos a atender tantas especificidades o que torna a aquisição desses profissionais um obstáculo. Isso ficou claro na resposta da educadora PAEE quando relatou a quantidade de alunos e as diversas especificidades que devem ser atendidas, o que demanda mais recursos e mais profissionais para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade.

A seguir serão apresentadas as perguntas e respostas direcionadas aos professores da sala de aula regular, sendo que do total de professores escolhidos, apenas três responderam o questionário, os quais foram identificados pelas siglas PSR1, PSR2, PSR1.

Pergunta número 1. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem contribuído para o ensino-aprendizagem do seu aluno (a) com necessidade específica?

“Sim, o AEE tem grande importância no desenvolvimento de habilidades das crianças com deficiência (PSR1)”.

“Sim, pois contribuir para o ensino-aprendizagem dos alunos, oferecendo suporte personalizado e estratégias adaptadas. (PSR2)”.

“Tem sim. Quando nos referimos ao Atendimento Educacional especializado - AEE há mais do que um processo de prática educativa, existe uma terapia por trás que explora diversas capacidades e desenvolve muitas outras, com a dinâmica coletiva e individual, juntamente com os materiais e propostas da Profissional a frente disso. (PSR3)”.

A partir das respostas obtidas, podemos analisar que os professores da sala regular (PSR), assim como a professora de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), reconhecem a importância do AEE para o desenvolvimento de habilidades dos estudantes com necessidades específicas. Percebe-se também entusiasmo ao falar sobre a contribuição do AEE, para os alunos com necessidades específicas, o professor PSR3 deixa claro entender o AEE não como simples prática educativa, mas sim como algo que explora capacidades com ajuda de materiais e propostas voltadas a esse atendimento, além da socialização que se dá por meio de dinâmicas, sejam individuais ou coletivas.

Pergunta número 2. O professor participou de alguma formação continuada relacionada ao Atendimento Educacional Especializado (AEE)? Se sim quais tipos de cursos e se esses cursos foram oferecidos de forma gratuita pelo município ou cursados por custeio do próprio professor?

“Sim, cursos ofertados pelo município de forma gratuita. Mas enquanto profissionais devemos procurar sempre por formações particulares a fim de melhorar cada vez mais a nossa prática diária (PSR1)”.

“Já faz um certo tempo que houve uma formação nessa aspectos, sendo necessário assim, uma participação mais ativa, toda via, há auxiliares que auxiliam no trabalho e desempenho dos alunos, onde os mesmos tem a formação mais presente (PSR2)”.

“Sim. Tivemos encontros na secretaria de educação uns mais específicos e outros abertos aos demais professores das turmas propostos pela professora de AEE Fátima Rejane. Momentos riquíssimos onde aprendemos sobre a diversidade de comportamentos trazidos pelas limitações sensoriais, físicas no geral e mentais. Tudo de forma gratuita. Inclusive houve cursos de Libras e braile também voltados para o público da escola interessados em desenvolver essas competências tão primordiais para uma melhor inclusão dentro e fora do ambiente escolar (PSR3)”.

Em relação à formação continuada voltada ao Atendimento Educacional Especializado, o professor PSR1 declara que a oferta de cursos gratuitos ofertados pelo município, ao mesmo tempo em que deixa clara a necessidade da busca por cursos particulares visando melhorar sua prática. Já em relação ao professor PSR2, percebe-se uma certa resistência quanto à

formação continuada voltada ao Atendimento Educacional Especializado, pois enfatiza em sua resposta a participação dos auxiliares no trabalho e desempenho dos alunos, já que os auxiliares, segundo o próprio professor PSR2 tem uma formação mais recente, o que demonstra de certa forma uma transferência de responsabilidade do professor para o auxiliar.

No entanto, a atuação desse profissional apesar de atuar dentro do ambiente escolar não envolve atividades como o ensino de conteúdos escolares, produção de material pedagógico e sim promover atividades relacionadas ao cuidado, alimentação, locomoção, complementando o trabalho do educador e não o substituindo em suas atividades pedagógicas.

Dos professores que responderam ao questionário, o professor PSR3 trouxe em sua resposta detalhes sobre a formação continuada relacionada ao Atendimento Educacional Especializado, descrevendo a realização de encontros realizados na secretaria de educação do município, sendo ofertados inclusive cursos voltados ao desenvolvimento de competências essenciais para uma inclusão não apenas dentro da escola, mas também fora dela.

Podemos observar com as falas dos professores a importância de uma formação continuada para que se tenha um Atendimento Educacional Especializado de qualidade, o que faz toda a diferença para o desenvolvimento e ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência ou necessidades específicas, como podemos observar em uma das respostas do professor PSR3 “Momentos riquíssimos onde aprendemos sobre a diversidade de comportamentos trazidos pelas limitações sensoriais, físicas e mentais”. Portanto, o professor para atuar de forma que atenda as necessidades dos estudantes com deficiência ou necessidades específicas deverá estar em constante qualificação, pois o professor tem o papel fundamental de promover a igualdade e inclusão por meio de práticas e disponibilidade de recursos de tecnologias assistivas.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das informações apresentadas neste trabalho de conclusão de curso, podemos observar que o processo de inclusão, seja na sociedade ou na escola tem passado por inúmeras modificações ao longo do tempo, visto que, durante muito tempo pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas foram excluídas ou mantidas à margem da sociedade.

A educação especial e inclusiva, com o passar do tempo, tem ganhado ainda mais espaço nos debates relacionados à educação. No entanto, percebe-se que é um processo que ainda anda a passos lentos, já que só ter o acesso à escola não é suficiente, requer mudanças

significativas em termos de recursos financeiros e humanos, condições adequadas de trabalho, quebra de barreiras físicas e comportamentais. Portanto, a inclusão é um processo que depende de um esforço coletivo da família, políticos, sociedade, assim como também dos indivíduos com necessidades específicas para ser possível alcançar um objetivo comum, garantir uma educação de qualidade e inclusiva para todos.

Durante os meses que se fizeram necessários para a elaboração desse trabalho, várias reflexões e pensamentos vieram a minha cabeça me fazendo refletir sobre as dificuldades enfrentadas por alunos com necessidades especiais, professores da sala comum e professores do Atendimento Educacional Especializado, e como esses profissionais têm enfrentado a falta de estrutura tão presentes nas escolas.

Um ponto importante diz respeito aos profissionais que atuam diretamente com esses estudantes, que reconhecem a importância de desenvolver o seu trabalho com qualidade, desenvolvendo um olhar diferenciado em relação aos alunos que são atendidos tanto na sala de aula comum quanto na sala de AEE e esse olhar vai bem além de uma prática pedagógica voltada apenas para o aprendizado e sim em perceber que alunos com deficiência ou necessidades específicas têm a mesma capacidade de aprendizagem dos alunos que não possuem deficiências.

Visando trazer não só para o meio acadêmico, mais também para a sociedade a discussão sobre a importância de uma educação inclusiva e de qualidade para o desenvolvimento dos alunos com necessidades específicas em salas de aula comuns, muitas coisas chamaram a minha atenção, principalmente, a importância de se ter um ambiente adequado ao atendimento desses estudantes, com materiais e equipamentos voltados a melhorar a qualidade de vida e o desenvolvimento de habilidades que contribuam para uma maior inclusão desses estudantes em uma sociedade predominantemente voltada a pessoas consideradas normais.

Em relação ao ambiente escolar mesmo distante do que está previsto nas legislações que tratam do tema Atendimento Educacional Especializado, é possível ver o esforço por parte da Secretaria de Educação do município, diretora da escola, professores e demais agentes envolvidos no ambiente escolar para oferecer uma educação verdadeiramente inclusiva, seja por meio de cursos ou fornecimento de materiais, equipamentos ou adaptação dos recursos existentes, e isso tem contribuído para diminuir a diferença ainda presente quando pensamos ou debatemos uma educação de qualidade para todos, sem preconceitos ou diferenças seja por qualquer motivo.

Enquanto sociedade, a reflexão volta-se para a luta e reconhecimento dos direitos dos alunos com necessidade educacionais específicas, sendo a educação um direito de todos e dever do estado e da família cabe à sociedade debater e incentivar o pleno desenvolvimento desses direitos promovendo uma participação ativa em assuntos que envolvam a educação em todos os seus níveis visando o pleno desenvolvimento e preparo das pessoas com necessidade educacionais específicas para que essas possam exercer sua cidadania de forma plena.

Ao término deste trabalho, entendo que o objetivo buscado durante todos esses meses foi alcançado, podendo observar que os professores que participaram da pesquisa reconhecem a importância do Atendimento Educacional Especializado e a utilização das Tecnologias Assistivas na sala de AEE no desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais e mesmo com todas as dificuldades conseguem desenvolver seu trabalho para contribuir para que a inclusão dos alunos com necessidades educativas específicas aconteça.

Portanto, a inclusão dos estudantes com necessidades específicas vai bem além da oferta de espaços físicos adequados ou legislações que definem como deve se dar essa inclusão, a verdadeira inclusão, necessita de ações que envolvam a Família, Estado, Escola e Sociedade, para que aqueles que durante muito tempo foram marginalizados e excluídos possam ter o mesmo tratamento e as mesmas oportunidades que os que a sociedade define como normais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira, **Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado/ elaboração** Denise de Oliveira Alves, Marlene de Oliveira Gotti, Claudia Maffini GRIBOSKI, Claudia Pereira Dutra- Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação específica, 2006. 36.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9394** de dezembro de 1996.

BUENO, J. G. S. **Educação específica brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. 2. ed. São Paulo: PUC/SP-EDUC, 2004.

BRASIL. **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais**. Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos – Brasília: 2013.

BRASIL. **Política Nacional de Educação específica na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Política Nacional de Educação específica na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: mec/seesp, 2008b.

BORGES NETO, H. **Uma classificação sobre a utilização do computador pela escola**. Revista Educação em Debate, ano 21, v. 1, n. 27, p. 135-138, Fortaleza, 1999.

BRASIL. **Política Nacional de Educação específica na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de Educação específica - MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <www.mec.gov.br/seesp>. Acesso em: 24. jul. 2023.

BRASIL. Resolução Nº. 4, de 2 de outubro de 2009. **Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, na modalidade Educação específica**. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Disponível em: <portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 24. jul. 2023.

BRASIL. Nota Técnica – SEESP/GAB/N. 11/2010. **Orientações para a institucionalização da oferta do Atendimento Educacional Especializado** – AEE Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares. SEESP/MEC, 2010b.

Brasil. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas. **Tecnologia Assistiva**. Brasília: CORDE, 2009.

BERSCH, R. **Tecnologia assistiva e educação inclusiva**. In: **Ensaio Pedagógicos**, Brasília: SEESP/MEC, p. 89-94, 2006.

CARVALHO, Rosita E. **Dez anos Depois da Declaração de Salamanca**. ed. Porto Alegre 2004.

Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução CNE/CEB nº 2*, de 11 de setembro de 2001. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação específica na Educação Básica**, 2001. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 01 nov. 2023.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais. Salamanca–Espanha, 1994.

DECRETO 3298/1999: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.html.

GAIA, R. S. P.. **Gênero e Docência na Educação Infantil: reflexões acerca das relações entre a prática do cuidado e a atuação masculina em uma profissão culturalmente feminina**. Diálogos Acadêmicos, Sertãozinho, v. 09, n. 2, p. 99-109, 2015.

GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. **A Construção do Conceito de Tecnologias Assistivas: alguns novos interrogantes e desafios**. In: *Revista da FAGED – Entreideias: Educação, Cultura e Sociedade*, Salvador: Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia – FAGED/UFBA, v. 2, n. 1, p. 25-42, jan./jun. 2013.

KAUFFMAN, M. J. **Classificação e categorização**. In: KAUFFMAN, M. J.; LOPES, A. J. **Pode a educação específica deixar de ser específica?** Braga, Portugal: Psiquilíbrios, 2007. p. 11-20.

LAUAND, G.B. do A.; MENDES, E. G. **Fontes de informação sobre tecnologia assistiva para indivíduos com necessidades educacionais especiais**. In: MENDES, E. G.

MANTOAN, BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: Acesso em: 16 jun. 2023.

MAZZOTTA, Marcos José S. **Inclusão Escolar e Educação específica: das Diretrizes à Realidade das Escolas**. In: MENDES, Enicéia G.; ALMEIDA, Maria Amelia (Orgs.). **Das Margens ao Centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação específica inclusiva**. 2. ed. Araraquara: Junqueira & Marin, 2010. p. 79-87.

MANTOAN, Maria Teresa E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, na modalidade Educação específica. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, Brasília, 2009. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16761&Itemid=1123. Acesso: 10 fev. 2021.

Resolução cne/ceb n.4/2009. **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação específica.** Brasília: mec/cne/ceb, 2009a.

ROPOLI, e. a. et al. **A Educação específica na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva.** Brasília: mec/seesp/ufc, 2010.

TENÓRIO, Robinson Moreira; FERRAZ, Maria do Carmo Gomes; PINTO, Jucinara de Castro Almeida. **Eficácia e equidade: indicadores de qualidade da educação básica no Brasil.** Projeto Equidade no Ensino Superior. Faculdade de Educação – FAGED, 2015.

APÊNDICE

APÊNDICE 1 - PERGUNTAS PARA PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

- 1 - Qual a importância da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), para o desenvolvimento educacional e desenvolvimento de habilidades dos alunos com deficiência?
- 2 - Quais as funções do Atendimento Educacional Especializado (AEE)?
- 3 - Quantos alunos são atendidos na sala de Atendimento Educacional Especializado, nessa instituição de ensino? Quais as deficiências atendidas?
- 4 - Na sala do Atendimento Educacional Especializado tem todos os materiais necessários para a realização dos atendimentos? Se sim, quais?
- 5 - Na sala de Atendimento Educacional Especializado são disponibilizados recursos digitais para auxiliar na aprendizagem dos alunos com deficiência? Se sim, Quais?
- 6 - A estrutura física da sala onde acontecem os atendimentos é adequada, tem acessibilidade para receber os alunos com deficiência?

APÊNDICE 2 - PERGUNTAS PARA PROFESSOR DA SALA COMUM

- 1 - O Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem contribuído para o ensino-aprendizagem do seu aluno (a) com necessidade específica?
- 2 - O professor participou de alguma formação continuada relacionada ao Atendimento Educacional Especializado (AEE)? Se sim quais tipos de cursos e se esses cursos foram oferecidos de forma gratuita pelo município ou cursados por custeio do próprio professor?

APÊNDICE 3 - FOTOS DOS MATERIAIS USADOS NA SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.

Figura 1: materiais usados na sala de atendimento educacional especializado



Fonte: O autor

Figura 2: materiais usados na sala de atendimento educacional especializado



Fonte: O autor

Figura 3: materiais usados na sala de atendimento educacional especializado



Fonte: O autor

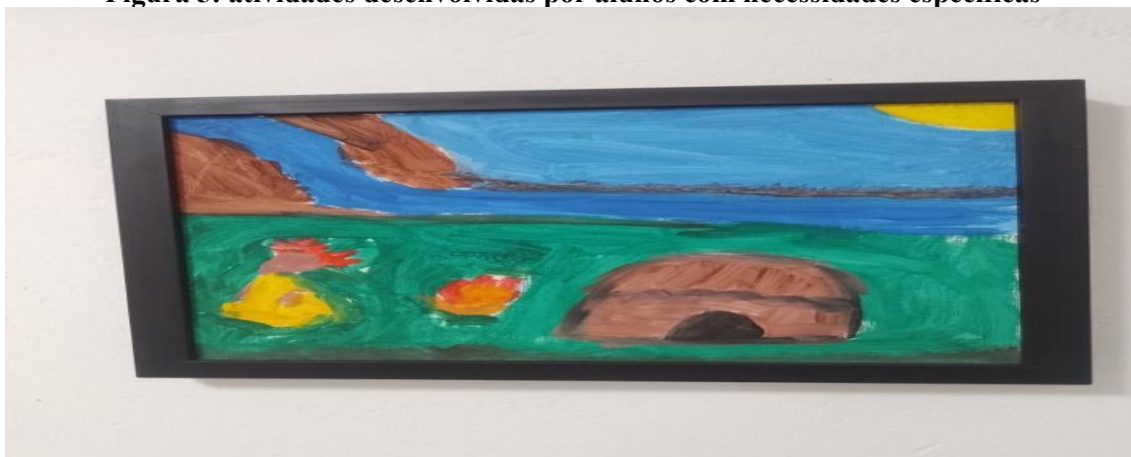
Figura 4: materiais usados na sala de atendimento educacional especializado



Fonte: O autor

APÊNDICE 4 - FOTOS DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS POR ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS.

Figura 5: atividades desenvolvidas por alunos com necessidades específicas



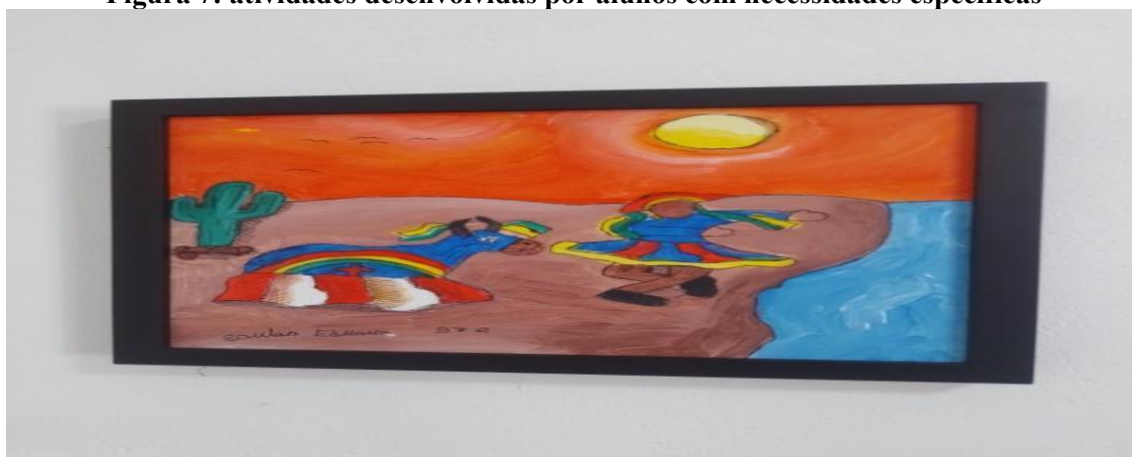
Fonte: O autor

Figura 6: atividades desenvolvidas por alunos com necessidades específicas



Fonte: O autor

Figura 7: atividades desenvolvidas por alunos com necessidades específicas



Fonte: O autor

Figura 8: atividades desenvolvidas por alunos com necessidades específicas



Fonte: O autor

APÊNDICE 5 - FOTOS DAS ATIVIDADES FORA SALA DE AULA COM ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS.

Figura 06: atividades fora sala de aula com alunos com necessidades específicas



Fonte: O autor

Figura 79: atividades fora sala de aula com alunos com necessidades específicas



Fonte O autor

Figura 8: atividades fora sala de aula com alunos com necessidades específicas



Fonte: O autor

Figura 9: atividades fora sala de aula com alunos com necessidades específicas



Fonte: O autor

Figura 10: atividades fora sala de aula com alunos com necessidades específicas



Fonte: O autor

Figura 11: atividades fora sala de aula com alunos com necessidades específicas



Fonte: O autor

APÊNDICE 6 - FOTO DA FACHADA DO NOVO PRÉDIO DA ESCOLA ANA MELO.**Figura 10: fachada do novo prédio da escola Ana Melo****Fonte: O autor**